

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Informações Trimestrais em 31 de março
de 2016 e Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR	3
Balanco patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração de resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às informações trimestrais	14



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone 55 (21) 3515-9400, Fax 55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de



Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas e informações contábeis intermediárias revisadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e a revisão das informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com datas de 9 de março de 2016 e 6 de maio de 2015, respectivamente. Como parte da nossa revisão das informações trimestrais de 31 de março de 2016, revisamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3, referentes a reapresentação dos valores correspondentes relacionados às transações de compra e venda de ativos para locação na demonstração dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2015, e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não foram elaborados, em todos os seus aspectos relevantes, de forma apropriada.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações contábeis trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre elas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	423.530	232.011
Contas a receber	4	91.570	99.719
Estoques	5	18.171	18.398
Estoques - outros ativos mantidos para venda	6	11.947	20.687
IRPJ e CSLL a compensar	7	11.494	16.387
Tributos a recuperar	7	22.011	23.048
Adiantamento a fornecedores		137	197
Outras contas a receber - venda da investida	8	20.421	19.778
Outros ativos	9	<u>6.934</u>	<u>5.316</u>
		<u>606.215</u>	<u>435.541</u>
NÃO CIRCULANTE			
IRPJ e CSLL a compensar	7	161	161
Tributos a recuperar	7	8.150	12.186
Tributos diferidos	18	53.561	47.230
Depósitos judiciais	19	10.590	11.023
Outras contas a receber - venda da investida	8	<u>20.421</u>	<u>19.778</u>
		<u>92.883</u>	<u>90.378</u>
Investimentos	10	61.200	61.200
Imobilizado	11	949.182	1.004.067
Intangível	12	<u>46.185</u>	<u>46.771</u>
		<u>1.056.567</u>	<u>1.112.038</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.755.665</u>	<u>1.637.957</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	6.784	6.844
Salários e encargos sociais		16.699	18.196
Empréstimos e financiamentos	14	3.182	3.185
Debêntures	15	193.529	186.634
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		1.197	1.174
Tributos a pagar	20	1.325	2.687
Outros passivos		<u>610</u>	<u>184</u>
		<u>223.326</u>	<u>218.904</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	11.146	11.931
Debêntures	15	423.201	419.085
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		9.180	9.194
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	<u>18.452</u>	<u>16.612</u>
		<u>461.979</u>	<u>456.822</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>685.305</u>	<u>675.726</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social Subscrito	21	563.319	563.319
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	124.569	-
Reservas de capital	21	11.027	9.664
Reservas de lucros	21	389.248	389.248
Prejuízos acumulados	21	<u>(17.803)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.070.360</u>	<u>962.231</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.755.665</u>	<u>1.637.957</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Receita líquida de vendas e serviços	23	130.083	163.894
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	<u>(90.522)</u>	<u>(86.058)</u>
LUCRO BRUTO		39.561	77.836
Despesas gerais e administrativas	24	(51.068)	(73.845)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(11.507)</u>	<u>3.991</u>
Receitas financeiras	25	12.551	7.706
Despesas financeiras	25	<u>(25.178)</u>	<u>(26.084)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		<u>(24.134)</u>	<u>(14.387)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	18	<u>6.331</u>	<u>(94)</u>
RESULTADO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		<u>(17.803)</u>	<u>(14.481)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>(17.803)</u>	<u>(14.481)</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	22(a)	<u>(0,14)</u>	<u>(0,11)</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação - R\$	22(b)	<u>(0,14)</u>	<u>(0,11)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(17.803)	(14.481)
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE			
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS POSTERIORMENTE PARA O RESULTADO			
Hedge de fluxos de caixa líquido de impostos diferidos	27	—	—(16)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		<u>(17.803)</u>	<u>(14.497)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Expansão	Retenção de lucros			
EM 1º DE JANEIRO DE 2015	<u>563.319</u>	<u>8.785</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>390.789</u>	<u>244</u>	<u>-</u>	<u>1.059.397</u>
Aquisição de ações em tesouraria	-	(8.793)	-	-	-	-	-	(8.793)
Prêmio de opções de ações	-	2.504	-	-	-	-	-	2.504
Resultado abrangente do exercício - hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(16)	-	(16)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(14.481)	(14.481)
EM 31 DE MARÇO DE 2015	<u>563.319</u>	<u>2.496</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>390.789</u>	<u>228</u>	<u>(14.481)</u>	<u>1.038.611</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulados	Total
				Legal	Expansão	Retenção de lucros			
EM 1º DE JANEIRO DE 2016	<u>563.319</u>	<u>-</u>	<u>9.664</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>292.988</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>962.231</u>
Prêmio de opções de ações	-	-	1.363	-	-	-	-	-	1.363
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	124.569	-	-	-	-	-	-	124.569
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	<u>(17.803)</u>	<u>(17.803)</u>
EM 31 DE MARÇO DE 2016	<u>563.319</u>	<u>124.569</u>	<u>11.027</u>	<u>32.611</u>	<u>63.649</u>	<u>292.988</u>	<u>-</u>	<u>(17.803)</u>	<u>1.070.360</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u> (reapresentado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(24.134)	(14.387)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	11 e 12	40.483	43.353
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	1.346	(468)
Provisão para despesa com opções de ações	17	1.363	2.504
Ganho na baixa de ativos imobilizados		(10.327)	(14.443)
Juros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais		12.579	22.941
Provisão para devedores duvidosos	4	9.059	21.027
Outros		36	1.868
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		3.785	4.273
Valor recebido na venda de ativo imobilizado de locação		29.908	27.483
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação		(115)	(1.093)
Estoques		8.848	8
Tributos a recuperar		10.111	7.240
Depósitos judiciais		621	(414)
Outros ativos		(431)	(1.004)
Fornecedores		(60)	(1.656)
Salários e encargos sociais		(1.497)	601
Tributos a pagar		(1.362)	(1.061)
Outros passivos		<u>433</u>	<u>187</u>
Processos judiciais liquidados		-	(9)
Juros pagos		(11.726)	(15.045)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(6.257)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		68.920	75.648
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível		<u>(1.185)</u>	<u>(5.302)</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS (CONSUMIDO PELAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(1.185)</u>	<u>(5.302)</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	21	124.569	-
Aquisição de ações em tesouraria	21	-	(8.793)
Amortização de empréstimos		(785)	(41.188)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS (CONSUMIDO PELAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		123.784	<u>(49.981)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u>191.519</u>	<u>20.365</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO (Nota 3)		<u>232.011</u>	<u>193.659</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO (Nota 3)		<u>423.530</u>	<u>214.024</u>

Até 31 de março de 2016, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até 5 anos, no valor total de R\$594, que não estão refletidos na demonstração dos fluxos de caixa.

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	158.057	211.307
Cancelamentos e descontos	(18.080)	(31.703)
Outras receitas	(527)	977
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.059)</u>	<u>(21.027)</u>
	130.391	159.554
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.468)	(7.856)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(28.079)	(31.367)
Baixa de ativos	<u>(23.785)</u>	<u>(7.833)</u>
Valor adicionado bruto	77.059	112.498
Depreciação, amortização e exaustão	(40.483)	(43.353)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>36.576</u>	<u>69.145</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.551	7.706
Valor adicionado total a distribuir	<u>49.127</u>	<u>76.851</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	27.293	36.570
Remuneração direta	20.859	27.986
Benefícios	4.944	6.622
FGTS	1.490	1.962
Impostos, taxas e contribuições	9.803	23.029
Federais	9.191	21.984
Estaduais	247	824
Municipais	365	221
Remuneração sobre o capital de terceiros	29.834	31.733
Juros e variações cambiais	24.798	26.080
Aluguéis	5.036	5.653
Remuneração de capitais próprios	(17.803)	(14.481)
Lucros (Prejuízos) retidos	<u>(17.803)</u>	<u>(14.481)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>49.127</u>	<u>76.851</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na Estrada do Guerengüê, nº 1.381 - Taquara, na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio, para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos, e
- (c) A participação como acionista ou quotista, em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão, já refletido nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. As descritivas de cada divisão estão mencionadas na nota 26.

As informações contábeis contidas nessas Informações Trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 4 de Maio de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o International Accounting Standards - (IAS) nº 34.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2015, que foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards - IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2015), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2016 são a de “Resumo das principais políticas contábeis”, “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “Gestão de risco financeiro”, “Gestão de Capital” e a de “Programa de recuperação fiscal (REFIS)”, representadas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2015, pelas notas 2, 3, 4, 5 e 23, respectivamente.

2.2 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, divulgadas nas Notas explicativas 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 9 de março de 2016 e no dia 21 de março de 2016 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.2.1 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios)
- Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas
- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3 Reapresentação dos valores correspondentes à demonstração do fluxo de caixa para o período findo em 31 de março de 2015

A Companhia reavaliou a sua apresentação das transações de compra e venda de itens de locação do seu ativo imobilizado na Demonstração de Fluxos de Caixa e concluiu que estas transações deveriam ser refletidas como parte dos fluxos de caixa da atividade operacional de acordo com o item 14 do CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7) ao invés da atividade de investimento, como anteriormente apresentadas.

Desta forma, os valores comparativos da Demonstração dos Fluxos de Caixa referentes ao período findo em 31 de março de 2015, originalmente apresentados nas informações contábeis trimestrais aprovadas em 6 de maio de 2015, estão sendo representados de acordo com o CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) e CPC 21 Demonstração Intermediária (IAS 34), conforme abaixo:

	Saldo original	Reclassificações	31/03/2015
			Saldo Reapresentado
Valor recebido na venda de ativo imobilizado de locação	-	27.483	27.483
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	-	(1.093)	(1.093)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>49.258</u>	<u>26.390</u>	<u>75.648</u>
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível	27.483	(27.483)	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(6.395)	6.395	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	-	(5.302)	(5.302)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS (CONSUMIDO PELAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>21.088</u>	<u>(26.390)</u>	<u>(5.302)</u>

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	1.389	144
Aplicações financeiras	<u>422.141</u>	<u>231.867</u>
	<u>423.530</u>	<u>232.011</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2016, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e remuneradas a taxa média de 101,24% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (Certificado de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100,8% do CDI, em 31 de dezembro de 2015).

4 Contas a receber

Unidade de negócio	31/03/2016			31/12/2015		
	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PDD	Contas a receber líquido
Construção	133.358	(81.575)	51.783	132.357	(75.932)	56.425
Rental	91.328	(51.541)	39.787	91.967	(48.673)	43.294
Serviços industriais (*)	<u>3.505</u>	<u>(3.505)</u>	-	<u>3.551</u>	<u>(3.551)</u>	-
Totais	228.191	(136.621)	91.570	227.875	(128.156)	99.719
Circulante	228.191	(136.621)	91.570	227.875	(128.156)	99.719

- (*) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013.

A provisão para devedores duvidosos (PDD) do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	128.156	91.422
Constituição de provisão para devedores duvidosos	15.638	77.450
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(6.579)	(39.220)
Baixas	<u>(594)</u>	<u>(1.496)</u>
Saldo final do exercício	<u>136.621</u>	<u>128.156</u>

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes, não existindo portanto nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais do contas a receber.

A análise de vencimentos das contas a receber está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	53.047	61.741
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	8.790	10.778
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	29.621	28.549
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	15.463	12.913
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	10.558	10.880
Vencidos acima de 180 dias (*)	<u>110.712</u>	<u>103.014</u>
Total	<u>228.191</u>	<u>227.875</u>

- (*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

5 Estoques

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Matérias primas	244	244
Mercadorias para revenda	5.514	5.401
Peças de reposição e suprimentos	13.699	13.921
Adiantamentos para estoques	-	-
Provisão para estoque de giro lento (*)	<u>(1.286)</u>	<u>(1.168)</u>
Total	<u>18.171</u>	<u>18.398</u>

- (*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

Os estoques de matérias primas estão vinculados a processos de industrialização por encomenda, para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

6 Estoques - outros ativos mantidos para venda

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 6 de agosto de 2015, a alienação de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos da unidade de negócios Rental, até 31 de dezembro de 2017, cujo valor total represente até 10% (dez por cento) do valor residual contábil do ativo da referida unidade, conforme verificado no balanço da Companhia levantado em 30 de junho de 2015.

Em 7 de agosto de 2015, foram disponibilizados para venda, e segregados dos equipamentos de locação, 307 equipamentos oriundos do ativo imobilizado e transferidos para estoques - outros ativos mantidos para venda. A partir dessa transferência, a depreciação foi interrompida. Até o final do período findo em 31 de março de 2016, foram vendidos 171 equipamentos, e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

7 Tributos a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS a compensar (*)	28.925	34.181
IRPJ e CSLL a compensar (**)	11.655	16.548
ICMS a compensar (***)	787	663
Outros	<u>449</u>	<u>390</u>
	<u>41.816</u>	<u>51.782</u>
Circulante	<u>33.505</u>	<u>39.435</u>
Não circulante	<u>8.311</u>	<u>12.347</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2018.

(**) Refere-se aos saldos de IRPJ e CSLL apurados em 31 de março de 2016 que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos da mesma natureza durante o exercício de 2016.

(***) Corresponde ao imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de peças e equipamentos para venda.

8 Outras contas a receber - venda da investida

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	20.421	19.778
2017	<u>20.421</u>	<u>19.778</u>
Total	<u>40.842</u>	<u>39.556</u>
Circulante	20.421	19.778
Não circulante	<u>20.421</u>	<u>19.778</u>
	<u>40.842</u>	<u>39.556</u>

A Companhia fechou em 30 de novembro de 2013, a operação de venda de sua unidade de negócios Serviços Industriais ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) Leblon Equities Partners V, gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.

O contrato estipula que o valor de aquisição seja pago em 6 (seis) parcelas, todas atualizadas pela variação do CDI, entre de 31 de maio de 2013 e a data de pagamento, da seguinte forma:

1. A primeira de R\$25.000 (R\$25.207, considerando a atualização pelo CDI até a data do pagamento) foi paga na data da assinatura do contrato;
2. A segunda, de R\$17.000 (R\$18.093, considerando a atualização pelo CDI até 31 de março de 2014), foi paga em abril de 2014 no montante de R\$11.304.
3. Quatro parcelas de R\$15.000 (R\$20.421, considerando as duas últimas parcelas atualizadas por 100% do CDI até 31 de março de 2016), com vencimento anual, a contar da data da assinatura do contrato. A primeira destas parcelas foi recebida na data do vencimento, em 10 de julho de 2014, no valor atualizado de R\$16.601 e a segunda destas parcelas foi recebida na data de vencimento, em 10 de julho de 2015, no valor atualizado de R\$18.575.

9 Outros ativos

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber - Eventos (i)	1.129	1.623
Empréstimos a empregados e créditos em folha de pagamento (ii)	1.908	1.205
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber - Rohr (iii)	1.546	1.546
Despesas antecipadas (iv)	618	100
Outros	<u>1.733</u>	<u>842</u>
Total	<u>6.934</u>	<u>5.316</u>

- (i) A Companhia possui contas a receber correspondentes aos bens da Unidade de Negócios de Eventos, cujas atividades foram descontinuadas. Parte dos bens foi vendida ao longo de 2008 e 2009, através de contratos firmados de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio celebrados em 20 de maio de 2008 e 18 de fevereiro de 2009. O valor da venda será recebido no período máximo de 8 anos, sendo as parcelas reajustadas de acordo com a variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de março de 2016, o ativo está ajustado a valor presente e a Administração, com base nas garantias reais previstas em contrato, considera que o mesmo será realizado, dentro do esperado, até o vencimento da última parcela;
- (ii) Refere-se a empréstimos consignados concedidos a empregados que são descontados em parcelas na folha de pagamento;
- (iii) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber, líquido dos impostos, da Rohr conforme divulgado na nota explicativa 10, com expectativa de recebimento até dezembro de 2016.
- (iv) Os saldos são, basicamente, referentes a despesas antecipadas de seguros a apropriar e IPTU a apropriar.

10 Investimentos

a) Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares (“Rohr”), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

Durante o ano de 2011, a Companhia recebeu R\$2.608 (líquido de impostos) de juros sobre capital próprio e dividendos de anos anteriores, tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento, por se tratar de dividendos oriundos de lucros ou reservas já existentes na data da compra das ações.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 27,47% do capital da investida, não possui influência significativa pelos seguintes fatos: a Mills não tem poder de participar na elaboração e nas decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Rohr, não controlando de forma individual ou conjunta essas políticas e não possuindo representantes na Administração da investida. Adicionalmente, não existe acordo de acionistas que possa conferir à Mills o direito de ter influência na Administração da investida ou que possam conferir o direito de aumentar a sua participação no futuro. Adicionalmente, por não ter ações negociadas no mercado, a Companhia considera que não é possível estimar confiavelmente o fair value do investimento, mantendo o mesmo registrado pelo custo de aquisição.

b) Perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2015, a Companhia fez a revisão do valor recuperável do investimento na Rohr através de estudo interno. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor recuperável desse ativo, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de 10 anos para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja visto o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. As principais premissas foram: (i) as receitas foram projetadas com base nos dados históricos, bem como em perspectivas de crescimento do segmento e da economia brasileira; (ii) perspectiva de resultado operacional negativo em 2015, decorrente da redução de atividade do setor; (iii) a execução de programa contínuo de melhoria de produtividade e de redução de custos e despesas fará com que sua evolução seja inferior ao percentual de crescimento da receita, (iv) os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto de 16,67%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC); (v) uma política de controle estrito na evolução do capital de giro, nos anos da projeção. Em função desse estudo, a Administração estima que o valor recuperável do investimento na Rohr é de R\$61.200, fazendo com que seja reconhecida, provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo no montante de R\$26.192, registrada na rubrica de outras despesas operacionais da demonstração de resultado, no exercício findo de 31 de dezembro de 2015.

11 Imobilizado

	Equipamento de locação e uso operacional	Equipamento de locação a imobilizar	Total equipamento de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.623.268	4.190	1.627.458	27.140	24.274	16.003	3.394	7.058	10.427	1.042	89.338	1.716.796
Aquisição	14.114	-	14.114	4.675	10	494	324	1.126	549	-	7.178	21.292
Baixa/alienação	(84.798)	(6)	(84.804)	(649)	(73)	(11)	(2.256)	(346)	(10)	-	(3.345)	(88.149)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(977)	-	(977)	-	-	-	-	-	-	-	-	(977)
Reclassificação	(54.882)	-	(54.882)	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.882)
Transferências	2.777	(2.753)	24	131	-	25	(25)	873	-	(1.042)	(38)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.499.502	1.431	1.500.933	31.297	24.211	16.511	1.437	8.711	10.966	-	93.133	1.594.066
Aquisição	398	-	398	10	-	-	-	47	62	-	119	517
Baixa/alienação	(33.901)	-	(33.901)	(2.395)	-	(1.333)	-	-	(29)	-	(3.757)	(37.658)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(11)	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)
Transferências	208	(208)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2016	1.466.196	1.223	1.467.419	28.912	24.211	15.178	1.437	8.758	10.999	-	89.495	1.556.914
Depreciação acumulada												
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(489.835)	-	(489.835)	(7.545)	(2.196)	(8.937)	(2.406)	(1.590)	(4.139)	-	(26.813)	(516.648)
Depreciação	(154.980)	-	(154.980)	(4.764)	(669)	(2.367)	(338)	(685)	(838)	-	(9.661)	(164.641)
Baixa/alienação	55.073	-	55.073	265	39	4	1.932	329	8	-	2.577	57.650
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(485)	-	-	-	(70)	-	-	(555)	(555)
Transf p/ estoque	34.195	-	34.195	-	-	-	-	-	-	-	-	34.195
Transferências	-	-	-	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(555.547)	-	(555.547)	(12.528)	(2.826)	(11.300)	(812)	(2.017)	(4.969)	-	(34.452)	(589.999)
Depreciação	(36.932)	-	(36.932)	(1.133)	(167)	(531)	(72)	(188)	(215)	-	(2.306)	(39.238)
Baixa/alienação	19.050	-	19.050	1.248	-	1.333	-	-	8	-	2.589	21.639
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(115)	-	-	-	(19)	-	-	(134)	(134)
Transferências	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2016	(573.429)	-	(573.429)	(12.528)	(2.993)	(10.498)	(884)	(2.224)	(5.176)	-	(34.303)	(607.732)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
Resumo imobilizado líquido												
Saldo em 31 de dezembro de 2015	943.955	1.431	945.386	18.769	21.385	5.211	625	6.694	5.997	-	58.681	1.004.067

Saldo em 31 de março de 2016	892.767	1.223	893.990	16.384	21.218	4.680	553	6.534	5.823	-	55.192	949.182
------------------------------	---------	-------	---------	--------	--------	-------	-----	-------	-------	---	--------	---------

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo destacamos as principais aquisições acumuladas até 31 de março de 2016, por grupamento:

Escoramentos	105
Plataformas e manipuladores	-
Fôrmas de concretagem reutilizáveis	4
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	6
Máquinas e equipamentos de uso operacional	283
Instalações	47
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10
Outros	<u>62</u>
Total de aquisições	<u>517</u>

A depreciação no período, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de março de 2016 a R\$36.158 e R\$3.080 (31 de março de 2015 R\$38.989 e R\$3.073), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 14).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados a locação, estão sendo apresentadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa como atividade operacional.

Revisão da vida útil estimada

Para fins dessa revisão, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo interno de avaliação datado de 31 de dezembro de 2015, aprovado em Reunião de Diretoria. Para a elaboração do respectivo laudo, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens. Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação em relação à apurada no laudo de fevereiro de 2011 e que está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia. Portanto não houve alteração na taxa de depreciação para o período findo em 31 de março de 2016.

A Companhia avaliou que não houve eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil dos seus ativos da unidade geradora de caixa Rental pode não ser recuperável. Em relação aos seus ativos da unidade geradora de caixa Construção, a Companhia entende que houve mudanças nas circunstâncias de mercado e efetuou o teste de recuperabilidade desses ativos em 31 de dezembro de 2015, em conjuntos como o ágio relacionado a essa unidade. Para maiores detalhes, vide nota 12.

12 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
Custo do intangível bruto					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>44.915</u>	<u>895</u>	<u>1.079</u>	<u>44.294</u>	<u>91.183</u>
Aquisição	3.086	2.261	1.555	-	6.902
Transferência	1.164	-	(1.150)	-	14
Perdas estimadas por valor não recuperável	=	=	=	(30.918)	(30.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>49.165</u>	<u>3.156</u>	<u>1.484</u>	<u>13.376</u>	<u>67.181</u>
Aquisição	754	-	29	-	783
Alienação	(503)	-	-	-	(503)
Transferência	<u>728</u>	=	<u>(728)</u>	=	=
Saldos em 31 de março de 2016	<u>50.144</u>	<u>3.156</u>	<u>785</u>	<u>13.376</u>	<u>67.461</u>
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>(10.344)</u>	<u>(469)</u>	=	<u>(4.232)</u>	<u>(15.045)</u>
Amortização	(4.826)	(174)	-	-	(5.000)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(365)	-	-	-	(365)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>(15.535)</u>	<u>(643)</u>	=	<u>(4.232)</u>	<u>(20.410)</u>
Amortização	(1.202)	(43)	-	-	(1.245)
Alienação	503	-	-	-	503
Ajuste crédito PIS e COFINS	(124)	-	-	-	(124)
Saldos em 31 de março de 2016	<u>(16.358)</u>	<u>(686)</u>	=	<u>(4.232)</u>	<u>(21.276)</u>
Taxas anuais de amortização - %	10	20	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.630	2.513	1.484	9.144	46.771
Saldo em 31 de março de 2016	33.786	2.470	785	9.144	46.185

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e da aquisição da GP Sul ocorrida em 2011 e os mesmos estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção representado esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do seu valor, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de 10 anos para fins de fundamentação do valor pago, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. As principais premissas foram: (i) as receitas foram projetadas com base nos dados históricos, bem como em perspectivas de crescimento do segmento e da economia brasileira; (ii) resultado operacional negativo em 2015, decorrente da redução de atividade do setor; (iii) a execução de programa contínuo de melhoria de produtividade e de redução de custos e despesas fará com que sua evolução seja inferior ao percentual de crescimento da receita, (iv) os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto de 16,67%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC); (v) uma política de controle estrito na evolução do capital de giro, nos anos da projeção.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor recuperável dos ativos da Unidade de Negócio Construção, incluindo o ágio da aquisição da Jahu em 2008 e da GP Sul, em 2011, é de R\$442.523 (R\$473.441 em dezembro de 2014), fazendo com que houvesse no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a necessidade de constituição de provisão para perda no valor recuperável desse ativo no montante de R\$30.918.

13 Fornecedores

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fornecedores nacionais	6.599	6.665
Fornecedores estrangeiros	<u>185</u>	<u>179</u>
	<u>6.784</u>	<u>6.844</u>

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a prestação de serviços, compras a prazo de materiais e equipamentos de imobilizado.

14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seus usos e despesas gerais, sendo indexados ao CDI, TJLP e Dólar norte-americano.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Os empréstimos e financiamentos são apresentados a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e financiamentos (*)	<u>14.328</u>	<u>15.116</u>
Circulante	3.182	3.185
Não circulante	<u>11.146</u>	<u>11.931</u>
	<u>14.328</u>	<u>15.116</u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2016 são:

- Banco do Brasil
- Itaú BBA

Em 6 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de US\$16,9 milhões (equivalente a R\$40,0 milhões). A liquidação do empréstimo e dos juros foi realizada em uma única parcela, no vencimento, em 30 de janeiro de 2015. Com o objetivo de anular o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (swap) no montante de R\$40,0 milhões para que todas as obrigações (principal e juros) fossem integralmente convertidas para moeda local. Este contrato foi liquidado na mesma data do vencimento do empréstimo, acima descritos.

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	<u>27.103</u>	<u>27.103</u>
Total das garantias reais	<u>27.103</u>	<u>27.103</u>

* Refere-se a equipamentos adquiridos através de FINAME.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de março de 2016 estão demonstrados abaixo:

2016	2.398
2017	3.138
2018 a 2021	<u>8.792</u>
	<u>14.328</u>

Os empréstimos da Companhia possuem cláusulas restritivas cujos requerimentos encontram-se em linha com os apresentados nas escrituras das debêntures e estão detalhados na nota 15.

15 Debêntures

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	31/03/2016	31/12/2015
1ª emissão	Única	270.000	Abr/2011	Abr/2016	112,5% CDI	96.151	92.751
Custo de emissão						<u>(39)</u>	<u>(157)</u>
						<u>96.112</u>	<u>92.594</u>
2ª emissão	1ª série	160.940	Ago/2012	Ago/2017	100% CDI + 0,88% a.a.	163.846	169.629
2ª emissão	2ª série	109.060	Ago/2012	Ago/2020	IPCA + 5,50 a.a.	148.266	142.277
Custo de emissão						<u>(710)</u>	<u>(787)</u>
						<u>311.402</u>	<u>311.119</u>
3ª emissão	Única	200.000	Mai/2014	Mai/2019	108,75% CDI	209.698	202.527
Custo de emissão						<u>(482)</u>	<u>(521)</u>
						<u>209.216</u>	<u>202.006</u>
Total de debêntures						<u>616.730</u>	<u>605.719</u>
Circulante						193.529	186.634
Não circulante						423.201	419.085

1ª Emissão de debêntures

Em 8 de abril de 2011 foi aprovada a primeira emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014, liquidado nesta data e o segundo liquidado em 20 de abril de 2015. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão. Essa primeira emissão de debêntures foi liquidada em abril de 2016, vide a nota 29.

2ª Emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012 foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- 1ª série - 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$160.940, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária. O valor nominal das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI;
- 2ª série - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão e os juros pagos anualmente corresponderão à 5,50% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

3ª Emissão de debêntures

Em 30 de maio de 2014 foi aprovada a terceira emissão, pela Companhia, de um total de 20 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$200.000, e valor nominal unitário de R\$10. As debêntures têm vencimento em 30 de maio de 2019 e remuneração de 108,75% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 30 de maio de 2017. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$745 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 31 de março de 2016, os saldos das debêntures bruto dos custos de transação são de R\$194.028 no passivo circulante e de R\$423.933 no passivo não circulante e R\$193.529 e R\$423.201 líquidos dos custos de transação respectivamente (em 31 de dezembro de 2015 o saldo bruto de debêntures é de R\$187.251 no passivo circulante e de R\$419.933 no passivo não circulante e R\$186.634 e R\$419.085 líquidos dos custos de transação).

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iii) que deverá ser igual ou superior a 2.
 - (i) "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia, em base consolidada;

- (ii) “EBITDA” significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e
- (iii) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do período findo em 31 de março de 2016, todos os *covenants* estão sendo cumpridos.

16 Partes relacionadas

a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o período de 3 meses findo em 31 de março de 2016 e no exercício de 2015.

Em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Salários e encargos - Diretoria	998	1.953
Honorários do Conselho de Administração	204	371
Bônus	639	-
Pagamentos com base em ações	<u>852</u>	<u>544</u>
Total	<u>2.693</u>	<u>2.868</u>

17 Benefícios a empregados

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

Em 23 de junho de 2015, o Conselho de Administração deliberou que a participação dos empregados nos lucros passasse no ano de 2015, a ter como base o EBITDA, onde até 5% do EBITDA da Companhia poderá ser distribuído, se o EBITDA alcançado superar o valor do EBITDA orçado. A métrica para este cálculo está aprovada pela Administração da Companhia.

O reconhecimento dessa participação, quando houver, ocorrerá no momento em que a meta anual do EBITDA for atingida, sendo desembolsada até abril de 2017. A Companhia não atingiu as metas até o final do primeiro trimestre de 2016, não tendo registrado para este período, provisão para essa despesa.

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela Companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares		
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	106
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	587
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	856
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	671
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	260

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os stock prices com bases em valuations de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração:

(i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender o exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide nota 22 (a.1)).

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso), levando em consideração: (i) no caso de opções cuja outorga tenha como contraprestação a aquisição de ações de emissão da Companhia pelo respectivo Beneficiário, o valor do patrimônio líquido das ações em 31 de dezembro do exercício fiscal imediatamente anterior à data de outorga; ou (ii) nos demais casos, o valor correspondente à média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ponderada pelo volume de

negociação, durante o exercício fiscal imediatamente anterior à data de outorga. Independente do critério a ser adotado para definição do preço de exercício, este será corrigido monetariamente de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso), e deduzidos do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação declarados pela Companhia a partir da data da outorga.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Plano 2002		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de ações exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de ações exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de ações exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de ações canceladas (milhares)	73	73
Programa 2011 (Plano 2010)		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	592	592
Número de ações exercidas (milhares)	592	592
Número de ações canceladas (milhares)	157	157
Programa 2012 (Plano 2010)		
Reserva de capital	13.703	13.011
Número de opções a exercer (milhares)	857	857
Número de ações exercidas (milhares)	401	401
Número de ações canceladas (milhares)	346	336
Programa 2013 (Plano 2010)		
Reserva de capital	9.941	9.479
Número de opções a exercer (milhares)	671	671
Número de ações exercidas (milhares)	97	97
Número de ações canceladas (milhares)	139	139
Programa 2014 (Plano 2010)		
Reserva de capital	3.116	2.907
Número de opções a exercer (milhares)	260	260
Número de ações canceladas (milhares)	53	52
Total registrado como patrimônio (acumulado)	46.383	45.020
Efeito no resultado	(1.363)	(9.624)

18 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.134)	(14.387)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	8.205	4.892
Provisões indedutíveis (*) e diferenças permanentes	(1.874)	(5.033)
Outros	<u>-</u>	<u>47</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	6.331	(94)
Alíquota efetiva	27%	-1%

* As despesas indedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias. Segue abaixo a composição dessas despesas:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Provisão de cancelamento	(1.516)	(4.222)
Baixas de Estoques	53	70
Outros	<u>(260)</u>	<u>(881)</u>
Total	<u>(1.723)</u>	<u>(5.033)</u>

b) A movimentação do IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31 de</u> <u>Dezembro</u> <u>de 2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31 de</u> <u>março</u> <u>de 2016</u>
Stock options	6.092	463	-	6.555
Ajuste a valor presente	15	-	(7)	8
Hedge sobre imobilizado	(811)	-	32	(779)
Provisões de custos e despesas	62	182	(28)	216
Provisão Estoque Giro Lento	397	40	-	437
Provisão para Devedores Duvidosos	17.273	3.080	(3.940)	16.413
Perdas Estimadas por Valor não recuperável	8.906	-	-	8.906
Arrendamento financeiro	(3.141)	-	918	(2.223)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	5.650	689	(66)	6.273
Provisão para Perda Processo Murilo Pessoa	42	-	-	42
Provisão para descontos e cancelamentos	2.229	409	(1.514)	1.124
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa - 2016	17.290	6.059	-	23.349
Provisão para realização de crédito tributário	30	-	-	30
Tributos com exigibilidade suspensa	456	53	-	509
Depreciação acelerada	(2.259)	(188)	-	(2.447)
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	(593)	(34)	-	(627)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)
Atualização depósito judicial	(1.473)	(64)	168	(1.369)
Debêntures	<u>(498)</u>	<u>-</u>	<u>79</u>	<u>(419)</u>
	<u>47.230</u>	<u>10.689</u>	<u>(4.358)</u>	<u>53.561</u>

c) Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Stock option	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Hedge sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão de estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para Perda Processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para devedores duvidosos	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Derivativos NDF	Pela realização da provisão
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Swap	Pela liquidação do empréstimo
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em 5 anos
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial	Pelo pagamento do empréstimo
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros
Debêntures	Pela amortização do custo de captação

19 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributários (i)	4.346	4.272
Cíveis (ii)	2.740	2.419
Trabalhistas (iii)	7.624	6.235
Honorários de êxito (iv)	2.317	2.309
Honorários de sucumbência (v)	<u>1.425</u>	<u>1.377</u>
Total	<u>18.452</u>	<u>16.612</u>

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	16.612	12.580
Constituições	1.542	5.161
Atualizações monetárias	493	1.618
Reversões	(195)	(1.607)
Baixa	-	(1.140)
Saldo no período	<u>18.452</u>	<u>16.612</u>

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado a provisão, referente as diferenças de alíquotas.
- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos, os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.
- (v) Corresponde a provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais, com risco provável de desfecho desfavorável para Companhia.

b) Composição dos depósitos judiciais:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributários (i)	7.641	7.947
Trabalhistas (ii)	<u>2.949</u>	<u>3.076</u>
	<u>10.590</u>	<u>11.023</u>

- (i) Em 31 de março de 2016 a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$7.641. A conciliação deste montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS totalizando o valor de R\$3.009, como informado na nota de nº 19, item “a”, subitem “i”, e, também, a depósitos judiciais efetuados a favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange a incidência do ISS sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre esta rubrica monta em R\$2.944. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos a Companhia não efetuou depósitos judiciais desta natureza.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributárias (i)	43.931	40.461
Cíveis (ii)	5.305	5.198
Trabalhista (iii)	<u>17.862</u>	<u>18.006</u>
Total	<u>67.098</u>	<u>63.665</u>

(i) Tributárias (principais itens):

- a) Glosa de despesas supostamente indedutíveis por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que, doravante, eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados da denúncia espontânea;
- e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de Imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo STF.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

20 Tributos a pagar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	1.159	2.188
INSS	68	61
ISS	2	46
Outros	<u>96</u>	<u>392</u>
	<u>1.325</u>	<u>2.687</u>

21 Patrimônio líquido

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2016 é representado pelo valor de R\$563.319 (31 de dezembro de 2015 - R\$563.319) dividido em 128.057 mil (31 de dezembro de 2015 - 128.057 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao Conselho de Administração aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

(a.1) Ações em tesouraria

Em 21 de maio de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a alienação de 5.434 (cinco mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia, mantidas em tesouraria para atender o exercício de opção de compras de ações, no montante de R\$39.

Em 17 de junho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a alienação de 1.444 (Hum mil, quatrocentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia, mantidas em tesouraria para atender o exercício de opção de compras de ações, no montante de R\$9.

Até 31 de março de 2016, foram adquiridas 2.285.300 ações no valor total de R\$19.730 registrados na reserva de capital. O custo mínimo, médio e máximo destas ações adquiridas até 31 de março de 2016, foram, respectivamente, R\$5,32, R\$8,65 e R\$11,30.

(a.2) Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

Acionistas	31/03/2016		31/12/2015	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Andres Cristian Nacht	14.185	11,08%	14.185	11,08%
Snow Petrel S.L.	17.728	13,84%	17.728	13,84%
HSBC Bank Brasil S.A.	6.323	5,00%	6.323	5,00%
Brandes Investment Partners ¹	6.711	5,24%	6.711	5,24%
Fama Investimentos Ltda ³	7.705	6,02%	-	-
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia ²	13.415	10,48%	13.415	10,48%
Outros	<u>61.990</u>	<u>48,34%</u>	<u>69.695</u>	<u>54,36%</u>
	<u>128.057</u>	<u>100,00 %</u>	<u>128.057</u>	<u>100,00 %</u>

1 Em 21 de setembro de 2015, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

2 Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. considera a posição referente à 31/12/2015, já reportada a CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02

- 3 Em 8 de março de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

b) Reservas de lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

(b.3) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.069 líquido dos impostos, referente à distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$46.383, referente aos planos de *stock options* para os empregados, valor do custo das ações canceladas no montante de R\$557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$19.777, alienação de ações montante de R\$47, totalizando R\$11.027 como reserva de capital em 31 de março de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$9.664).

d) Dividendos Mínimos obrigatórios

O Estatuto social da Companhia prevê após as destinações, a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações 6.404/76.

e) Adiantamento para futuro aumento de capital

O Conselho de Administração da Companhia, em 5 de fevereiro de 2016, aprovou por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, à exceção do membro que se declarou impedido, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com possibilidade de homologação parcial, por meio da emissão, para subscrição privada, de novas ações ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições a seguir indicados:

Valor do Aumento de Capital: no mínimo, R\$105.435.311,36 (cento e cinco milhões quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e onze reais e trinta e seis centavos) e, no máximo, R\$124.999.999,71 (cento e vinte e quatro milhões novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos), mediante a emissão privada de, no mínimo, 40.089.472 (quarenta milhões oitenta e nove mil, quatrocentas e setenta e duas) e, no máximo, 47.528.517 (quarenta e sete milhões quinhentas e vinte e oito mil quinhentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Preço de Emissão: R\$2,63 (dois reais e sessenta e três centavos) por ação. O preço de emissão por ação foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, com base nas cotações das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores, considerando-se o preço médio (média das cotações de fechamento diárias ponderada pelo volume de negociação) das ações da Companhia na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros nos pregões realizados entre realizados entre 27 de novembro de 2015 (inclusive) e 4 de fevereiro de 2016 (inclusive), critério este que, no entendimento do Conselho de Administração, melhor se adapta à atual realidade da Companhia.

Objetivos do Aumento de Capital: (a) fortalecer a estrutura de capital da Companhia, reforçando o seu caixa para fazer frente a necessidades de capital de médio e longo prazo para o desenvolvimento de suas atividades; (b) fortalecer os níveis de liquidez da Companhia e reduzir suas margens de endividamento; e (c) permitir que a Companhia aproveite oportunidades de consolidação de mercado que possam surgir no médio prazo.

Houve recebimentos relativos ao aumento de capital ora divulgado na data de 5 de fevereiro de 2016 dos seguintes acionistas nos meses de Fevereiro e Março de 2016.

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor das novas ações (em R\$ Mil)
<u>Acionistas</u>		
Acionistas controladores	15.209	39.999
Acionistas minoritários	32.155	84.570

O Adiantamento para futuro aumento de capital atende os critérios para contabilização, como um instrumento patrimonial uma vez que além de ser irrevogável e irretroatável, prevê uma quantidade fixa de conversão para ações.

As ações descritas acima, foram subscritas até 31 de março de 2016.

22 Lucro por ação

a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	<u>(17.803)</u>	<u>(14.481)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>126.686</u>	<u>127.818</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação	<u>(0,14)</u>	<u>(0,11)</u>

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro (prejuízo) líquido usado para determinar o lucro (prejuízo) diluído por ação	<u>(17.803)</u>	<u>(14.481)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	<u>126.686</u>	<u>127.818</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação	<u><u>(0,14)</u></u>	<u><u>(0,11)</u></u>

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de março de 2016, por conta das ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

23 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Locação	111.946	170.238
Vendas	28.009	18.950
Assistência técnica	1.933	2.527
Indenizações e recuperação	<u>16.169</u>	<u>19.592</u>
Total receita bruta	<u>158.057</u>	<u>211.307</u>
Impostos sobre vendas e serviços	(9.893)	(15.710)
Cancelamentos e descontos	<u>(18.081)</u>	<u>(31.703)</u>
Total receita líquida	<u><u>130.083</u></u>	<u><u>163.894</u></u>

24 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas (por natureza)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

Natureza	31/03/2016			31/03/2015		
	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(15.586)	(17.065)	(32.651)	(17.135)	(26.449)	(43.584)
Terceiros	(1.075)	(5.549)	(6.624)	(879)	(5.455)	(6.334)
Frete	(2.260)	(1.062)	(3.322)	(2.321)	(377)	(2.698)
Material construção/ manutenção e reparo	(9.164)	(747)	(9.911)	(9.286)	(1.740)	(11.026)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.257)	(3.779)	(5.036)	(1.009)	(4.644)	(5.653)
Viagem	(340)	(924)	(1.264)	(458)	(1.904)	(2.362)
Custo das mercadorias vendidas	(1.468)	-	(1.468)	(10.873)	-	(10.873)
Depreciação e amortização	(36.158)	(4.325)	(40.483)	(38.989)	(4.364)	(43.353)
Baixa de ativos	(22.638)	-	(22.638)	(4.738)	-	(4.738)
Provisão para devedores-PDD	-	(9.059)	(9.059)	-	(21.027)	(21.027)
Plano de ações	-	(1.363)	(1.363)	-	(2.503)	(2.503)
Provisões	-	(1.691)	(1.691)	-	339	339
Outros	(576)	(5.504)	(6.080)	(370)	(5.721)	(6.091)
	<u>(90.522)</u>	<u>(51.068)</u>	<u>(141.590)</u>	<u>(86.058)</u>	<u>(73.845)</u>	<u>(159.903)</u>

Os valores recuperáveis desses ativos foram determinados com base em projeções econômicas, descritas nas notas 10 e 12.

25 Receitas e despesas financeiras

a) Receitas financeiras

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas de juros	2.445	2.261
Receitas de aplicação financeira	9.512	5.433
Descontos obtidos	50	5
Variação cambial e monetária ativa	523	1
Outras	<u>21</u>	<u>6</u>
	<u>12.551</u>	<u>7.706</u>

b) Despesas financeiras

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Juros de empréstimos	(468)	(721)
Variação cambial e monetária passiva	(1.189)	(606)
Juros de arrendamento financeiro	(7)	-
Juros - Debêntures	(22.240)	(23.272)
Comissões e tarifas bancárias	(377)	(72)
Outras	<u>(897)</u>	<u>(1.413)</u>
	<u>(25.178)</u>	<u>(26.084)</u>

26 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22-Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi à criação da nova unidade de negócio Construção. A partir desta data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo esta nova estrutura, inclusive em relação às informações comparativas relativas ao mesmo período de 2014, as quais estão sendo reapresentadas

Unidade de Negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

Unidade de Negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (autoridade mundial de acesso aéreo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico com profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita líquida	53.715	84.314	76.368	79.580	-	-	130.083	160.000
(-) Custos	(21.905)	(26.513)	(32.459)	(20.557)	-	-	(54.364)	(47.070)
(-) Despesas	(21.637)	(31.974)	(14.128)	(16.236)	(1.918)	(243)	(37.683)	(48.414)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(6.054)	(12.838)	(3.023)	(8.337)	18	148	(9.059)	(2.952)
(-) Depreciação e amortização	(21.755)	(22.489)	(18.728)	(20.864)	-	-	(40.483)	(41.341)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	<u>(17.636)</u>	<u>(9.500)</u>	<u>8.030</u>	<u>13.586</u>	<u>(1.900)</u>	<u>(95)</u>	<u>(11.506)</u>	<u>(4.744)</u>
Receita financeira	5.653	3.203	5.580	3.032	1.318	1.471	12.551	12.738
Despesa financeira	(12.633)	(13.411)	(12.202)	(12.420)	(343)	(253)	(25.178)	(26.084)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSL	(24.616)	(19.708)	1.408	4.198	(925)	1.123	(24.133)	(13.330)
(-) IRPJ/CSL	<u>6.457</u>	<u>(129)</u>	<u>(369)</u>	<u>28</u>	<u>242</u>	<u>7</u>	<u>6.330</u>	<u>(1.000)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido	<u>(18.159)</u>	<u>(19.837)</u>	<u>1.039</u>	<u>4.226</u>	<u>(683)</u>	<u>1.130</u>	<u>(17.803)</u>	<u>(14.330)</u>

(*) Trata-se de operações remanescentes da antiga Unidade de Negócio Serviços Industriais, bem como a provisão para redução ao valor recuperável do investimento na Rohr.

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros		Total	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Imobilizado								
Custo de aquisição	839.800	884.638	717.114	814.522	-	-	1.556.914	1.699.160
(-) Depreciação acumulada	<u>(360.016)</u>	<u>(316.351)</u>	<u>(247.716)</u>	<u>(228.362)</u>	-	-	<u>(607.732)</u>	<u>(544.713)</u>
	479.784	568.287	469.398	586.160	-	-	949.182	1.154.447
Outros ativos	<u>390.991</u>	<u>335.828</u>	<u>311.872</u>	<u>200.002</u>	<u>103.620</u>	<u>143.672</u>	<u>806.483</u>	<u>679.502</u>
Ativo total	<u>870.775</u>	<u>904.115</u>	<u>781.270</u>	<u>786.162</u>	<u>103.620</u>	<u>143.672</u>	<u>1.755.665</u>	<u>1.833.949</u>

27 Instrumentos financeiros

27.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	423.530	232.011
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber de clientes	91.570	99.719
Outras contas a receber – venda investida	40.842	39.556
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	14.328	15.116
Debêntures	616.730	605.719
Contas a pagar a fornecedores	6.784	6.844
Instrumentos financeiros patrimoniais		
Planos de opções de ações	46.383	45.020

27.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

(a) Valor justo

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos

Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

(b) Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(c) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos via BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função do BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Dívida	Indicador	Valor justo		Valor contábil	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
1ª Emissão de Debêntures	CDI	94.444	87.898	96.151	92.751
2ª Emissão de Debêntures:					
1ª Série	CDI	148.978	144.426	163.846	169.629
2ª Série	IPCA	129.942	121.736	148.266	142.277
3ª Emissão de Debêntures	CDI	159.418	151.410	209.698	202.527

(d) Valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

(e) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

27.3 Instrumentos financeiros derivativos

Não há derivativos contratados para o período findo em 31 de março de 2016 (em 31 de março de 2015, R\$16).

27.4 Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

<u>Equivalente de caixa</u>	<u>Indicador</u>	<u>Atual</u>	<u>Efeito no resultado</u>		
			<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
Aplicações financeiras	CDI	<u>422.141</u>	<u>59.048</u>	<u>44.286</u>	<u>29.524</u>
	Total	<u>422.141</u>	<u>59.048</u>	<u>44.286</u>	<u>29.524</u>
			Variação	25,00%	50,00%
			<u>Efeito no resultado</u>		
<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Atual</u>	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
BNDES	TJLP	(14.328)	(829)	(1.031)	(1.233)
1ª Emissão de debêntures	CDI	(96.151)	(11.155)	(13.944)	(16.732)
2ª Emissão de debêntures					
1ª Série	CDI	(163.846)	(18.127)	(22.388)	(26.649)
2ª Série	IPCA	(148.266)	(14.656)	(16.792)	(18.927)
3ª Emissão de debêntures	CDI	<u>(209.698)</u>	<u>(23.517)</u>	<u>(29.397)</u>	<u>(35.276)</u>
	Total	<u>(632.289)</u>	<u>(68.284)</u>	<u>(83.552)</u>	<u>(98.817)</u>
			Variação	22%	45%

Referências	31/03/2016		
	Provável I	Cenário II	Cenário III
Taxas		25%	50%
CDI (%) (i)	13,75%	17,19%	20,63%
TJLP (%) (ii)	7,50%	9,38%	11,25%
IPCA(%) (iii)	7,28%	9,10%	10,92%

Fonte: Relatório Focus de 01/04/2016

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

27.5 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<u>Em 31 de março de 2016</u>							
Empréstimos e financiamentos	347	687	2.025	3.884	9.153	616	16.713
Debêntures	96.834	14.537	119.065	196.902	352.019	-	779.537
Fornecedores	6.784	-	-	-	-	-	6.784
<u>Em 31 de dezembro de 2015</u>							
Empréstimos e financiamentos	355	700	3.088	3.914	7.150	2.658	17.865
Debêntures	-	11.464	226.833	192.054	347.308	-	777.659
Fornecedores	6.844	-	-	-	-	-	6.844

27.6 Gestão de capital

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou o ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o EBITDA acumulado dos últimos 12 meses e o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida bancária total	<u>632.289</u>	<u>622.300</u>
Financiamentos	14.328	15.116
Debêntures (vide nota 15)	<u>617.961</u>	<u>607.184</u>
Caixa equivalente de caixa	<u>423.530</u>	<u>232.011</u>
Endividamento líquido	<u>208.759</u>	<u>390.289</u>
Patrimônio líquido	<u>1.070.360</u>	<u>962.231</u>
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	<u>0,20</u>	<u>0,41</u>

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Linhas de crédito bancário não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Não utilizadas	110.372	109.584
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	14.328	15.116

28 Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, contrata seguros, cuja natureza e cobertura estão indicados a seguir até 31 de março de 2016.

<u>Natureza dos seguros</u>	<u>Importâncias seguradas (em milhares de reais)</u>
Equipamentos Rental	1.168.728
Patrimonial	263.913
Responsabilidade civil	40.000
Responsabilidade civil de administradores	80.000
Riscos ambientais	5.000
Veículos	702

29 Eventos subsequentes

O Fundo de Investimento em Participações Axxon Brazil Private Equity Fund II ("Axxon") e Andres Cristian Nacht, Jytte Kjellerup Nacht, Tomas Richard Nacht, Antonia Kjellerup Nacht, Pedro Kaj Kjellerup Nacht, Snow Petrel, S.L. e Francisca Kjellerup Nacht ("Acionistas Controladores") informam à Companhia que, tendo em vista que o acordo de acionistas celebrado entre as partes em 5 de fevereiro de 2016 ("Acordo Original") não teve suas condições de eficácia atingidas, nem o terá no âmbito do aumento de capital aprovado, nos termos do Fato Relevante divulgado naquela data, celebraram, em 7 de abril de 2016, novo acordo de acionistas, com eficácia imediata e celebrado sob condição resolutiva, em substituição ao Acordo Original.

Em 15 de abril de 2016, a Companhia amortizou a terceira e última parcela da primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 96.834 (principal e juros).

Em 19 de abril de 2016 o Conselho de Administração aprovou a homologação do Aumento de Capital, com a emissão de 47.528.517 novas ações ordinárias, no valor total de R\$124.999.999,71. Devido à homologação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passa a ser de R\$688.318.462,91, dividido em 175.586.442 ações ordinárias.

Em 26 de abril de 2016, Gustavo Zeno foi eleito para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, conforme eleição realizada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao Sérgio Kariya.

O Sérgio Kariya permanecerá no cargo de Diretor Presidente da Companhia.